

AS TÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL

Michelle **Jaber** – PPGE-UFMT

Regina **Silva** – PPGE-UFMT

Agências Financiadoras: CNPq e FAPEMAT

Resumo

O Estado de Mato Grosso, situado no centro da América do Sul, tem uma paisagem exuberante de três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, além de uma área repleta de particularidades denominada de Vale do Araguaia. A exuberante paisagem é habitada por grupos sociais diversos que revelam a multiplicidade das nossas identidades. Mas que, muitas vezes, estão à mercê do descaso histórico e sofrem com o avanço da economia hegemônica do agronegócio. Situado nesse campo de enfrentamentos, este artigo vem apresentar uma discussão sobre as táticas de re-existência que vem sendo empreendidas por estes grupos sociais frente aos conflitos socioambientais. As narrativas nos desvelam que os grupos criam táticas de re-existência, articulando denúncias contra a violação ao meio ambiente e aos direitos humanos, utilizando-se de diversas táticas de formação, comunicação, articulação e mobilização que vão desde as vias legais até as mais subversivas. Sobremaneira, esses grupos, afrontam-se ao individualismo homogeneizador da sociedade moderna, apregoando a diversidade de ambientes, de culturas, de ideais, de sonhos e de vidas!

Palavras-chave: Educação Ambiental, Conflitos, re-existência.

AS TÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL

INTRODUÇÃO

O momento pode estar repleto de volatilidade e incertezas, mas isto significa também que é um momento do inesperado e cheio de potencialidades revolucionárias.

David Harvey

Nossas pesquisas foram realizadas no Estado de Mato Grosso - Brasil, entre os anos de 2008 a 2012, no âmbito do projeto de pesquisa “Mapeamento Social do Estado de Mato Grosso – Brasil”. Neste projeto buscamos evidenciar os grupos sociais vulneráveis presentes no território mato-grossense, com suas identidades e seus territórios, suas culturas e seus múltiplos sentidos, bem como, seus processos de conflitos, injustiças ambientais e suas táticas de re-existências.

O mapeamento destas identidades aponta-nos que poder, conflito e resistência são fatores marcantes na história destes grupos sociais. É possível assinalar que a re-existência é um fio condutor destas identidades. Muitas delas se fazem e se refazem nos processos de resistência. Uma re-existência que teve seu legado, por vezes, na práxis da ruptura da contracultura. Os grupos sociais pesquisados neste estudo se situam em um local de agressão, mas sobremaneira, resistem aos processos hegemônicos de dominação, especialmente, na luta pela apropriação na defesa de seus territórios frente a usurpação por parte do Estado e de demais grupos vinculados a este (LITTLE, 2002).

Situadas nesse campo de embates e enfrentamentos, neste artigo apresentamos uma discussão sobre as táticas de re-existência mapeadas, pois os territórios não estão sendo dominados pacificamente, esbarram-se na teimosia de grupos sociais que esperançosamente almejam uma outra sociedade. Nosso esforço se concentra em apresentar como as identidades interagentes nos territórios mato-grossenses resistem e “re-existem” em um cenário tão adverso aos seus modos de vida.

DE ONDE FALAMOS

O Estado de Mato Grosso abarca diversas regiões com características singulares: o Vale do Araguaia, o Parque Indígena do Xingu, na transição da Amazônia e o Cerrado; as regiões de áreas úmidas, dentre outras regiões, estão distribuídas nos biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. E, nesses ambientes diversos, muitas vezes, esconde-se o rico mosaico cultural de identidades interagentes nos territórios. No entanto, as políticas públicas do Estado, desconsideram que Mato Grosso é um dos Estados Brasileiros com maior diversidade sociocultural, evidenciada nas diferentes particularidades dos povos que nele habitam: indígenas, quilombolas, agricultores familiares, seringueiros, pescadores profissionais/artesanais, ribeirinhos, retireiros do Araguaia, dentre outros grupos que se espalham pelo território, revelando a

multiplicidade das nossas identidades. Importante salientar que, muitos destes grupos sociais ainda estão invisibilizados ou pouco conhecidos. Portanto, em meio a esta paisagem exuberante, escondem-se identidades que estão à mercê do descaso histórico e sofrem com o avanço da economia hegemônica do agronegócio.

Esse *front* é principalmente regido pelo modelo de desenvolvimento adotado em Mato Grosso que vem impondo um ordenamento dos territórios que forjam os espaços como “vazios demográficos”, invisibilizando os povos e grupos sociais que são ignorados pelo sistema hegemônico. Com a negação do Outro, vários grupos sociais foram invisibilizados pelos padrões hegemônicos do desenvolvimento.

Pode-se encobri-los, porém, não se pode enterrar essas particularidades que despontam com suas lutas e resistências. Intrínseco a esta luta, os modos de vida destes grupos sociais apresentam uma forma peculiar de convivência com o ambiente; muitos destes povos vêm resistindo às crescentes pressões no entorno de seus *habitats*, onde formam, em algumas vezes, ilhas de conservação ambiental. Com o advento tecnológico, especialmente, dos programas de monitoramento de satélite e sistema de coordenadas geográficas, é possível visualizar estas ilhas de conservação quando o limite das áreas deste grupo fica com suas fronteiras claramente definidas no limite com as frentes de expansão das áreas de monocultivos.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.

Eduardo Galeano

Neste trabalho partimos do pressuposto que pesquisar é um esforço para compreender o mundo e quiçá apontar caminhos que possam transformá-lo. O enfoque investigativo deste trabalho tem como método central a abordagem qualitativa, que vem acompanhado pelos percursos metodológicos do **mapa social**. A pesquisa qualitativa dá ênfase ao processo e não apenas ao produto final, além de permitir a compreensão do significado do fenômeno em seus contextos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A metodologia mapa social (SATO, SILVA, JABER-SILVA, 2014) busca mapear as identidades e os conflitos socioambientais vivenciados nos territórios por meio das autodenominações e das autonarrativas dos grupos sociais em condições de

vulnerabilidade. Nas narrativas nos aproximamos da essência dessas identidades que constroem diferentes significados de “ser-em-grupo” (GUATTARI, 1990). Para Buber (2001) as identidades são delineadas nesse encontro com o Outro e, a alteridade essencial se instaura somente na relação Eu-Tu, para além da relação Eu-Isso.

O Mapa Social considera as **autonarrativas** dos grupos sociais¹ envolvidos nos conflitos. Segundo Silva (2011, p. 47), essa metodologia se faz em uma trajetória contrária à colonialidade, pois buscamos reconhecer o Outro sempre negado no processo histórico de ocupação, reconhecer as identidades de resistência e registrar por meio das narrativas a existência de diversos grupos sociais historicamente invisibilizados e os conflitos socioambientais encarados nos espaços de vida e de luta.

Assim, no ano de 2008, promovemos o *I Seminário de Mapeamento Social* ocorrido em Cuiabá-MT, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2008. O Seminário reuniu 250 lideranças. Na continuidade destes estudos, o GPEA e os parceiros desta proposta seguiram realizando estudos de campo, produção do “Mapa dos grupos sociais de Mato Grosso” e “Mapa dos Conflitos ambientais de Mato Grosso”, reuniões e articulações que culminaram na realização do *II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso* foi realizado no ano de 2010, entre os dias 6 a 9 de outubro, no Centro Cultural da UFMT, campus de Cuiabá. O seminário buscou a articulação dos diversos grupos e das instituições do Estado para promover e complementar o mapeamento social já iniciado. Estiveram reunidos nestes dias mais de 250 participantes. Destes, aproximadamente, 110 são lideranças que representam povos indígenas, povos quilombolas, comunidades tradicionais, acampados, assentados, agricultores familiares, cooperativas, movimentos, sindicatos, redes e grupos sociais diversos.

Numa abordagem mais etnográfica foram realizadas pesquisas de campo com observações participativas, realização de entrevistas semiestruturadas, oficinas e reuniões com alguns grupos pesquisados. A coleta de dados contou com as autonarrativas dos representantes de vários grupos sociais do Estado participantes dos seminários e registrados nas pesquisas de campo. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas, consulta a dados secundários, tais como sites e relatórios técnicos. Após a coleta de dados, fizemos a digitalização dos dados coletados formando um banco de

¹ Estudos sociológicos contemporâneos convidam a repensar os grupos sociais validados pelas suas autodenominações, ou seja, são as pessoas que se definem e se aproximam às identidades dos grupos sociais específicos. Assim, consideramos os conceitos de grupos sociais, desde que sejam conceitos inclusivos e abrangentes no espectro étnico das identidades construídas (SATO et al., 2008).

dados em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizamos o programa de computador ESRI ArcGis/ArcMap (versão 10.0).

Em nossa pesquisa buscamos respostas para as seguintes indagações: Como seu grupo/comunidade/povo tem combatido os conflitos socioambientais? Há quanto tempo? Qual a maior dificuldade do seu grupo/comunidade/povo para enfrentar esses conflitos? E quais são as táticas de re-existência aos conflitos?

AS TÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA: Alguns resultados e reflexões

O sonho de um mundo melhor nasce das entranhas de seu contrário.
Paulo Freire

As táticas de re-existência a que nos referimos são construídas e exercidas cotidianamente, nas pequenas e sutis atitudes, algumas vezes, imperceptíveis, mas que impulsionam transformações.

Muitas vezes, essas táticas se dão nos interstícios, nas brechas deixadas pelo sistema dominante. Coadunando com este pensamento, Certeau (1994, p.100) nos ressalta que as táticas são as formas de resistência contra o poder instituído, onde os grupos aproveitam as falhas deste poder para agir de forma contrária às opressões impostas. “São saberes sem discurso, sem escritura, solidários de operações múltiplas e anônimas, excluídos pelos saberes da administração e do controle, mas, não menos criadores ou subversivos”. Este autor nos convida a reconhecer “as invenções do cotidiano”, a sabedoria, as artes de fazer, as lutas dos grupos ordinários, ou cultura comum, que se reconhecem na invenção e re-invenção de suas táticas de resistência (CERTEAU, 1994).

As narrativas dos grupos sociais entrevistados nos revelam que para cada conflito denunciado uma (ou mais) tática de resistência pode ser anunciada. Assim, inspiradas em Certeau em Porto-Gonçalves denominaremos como **táticas de re-existência**, pois são movimentos que não só lutam para resistir contra os conflitos, mas lutam “por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” o mundo (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.130).

Esses grupos sociais nos narram a resistência aos conflitos socioambientais, porém, essa re-existência se dá também na defesa de outra sociedade, outros sentidos,

outros valores, por um pensar e um fazer que busque construir alternativas ao apregoado único caminho, apresentado pela racionalidade hegemônica da modernidade. A educação ambiental vem de mãos dadas nesta luta, pois também busca essa valorização de múltiplas culturas, na ousadia da reconstrução de sociedades sustentáveis, que ressignifique valores como justiça ambiental, pertencimento e democracia.

Sato (2012) defende a essencialidade da “ecologia de resistência”, que “sem relacionar-se diretamente com as ciências ecológicas, mas aproximando-se mais das ciências políticas, a ecologia de resistência buscar religar 3 grandes dimensões filosóficas da teoria (*episteme*), da ação (*praxis*) e da ética (*axioma*) na tentativa de transformar o mundo em várias dimensões.

Conhecer, mapear, registrar e anunciar essas táticas de re-existência faz-se necessário, para compreendermos de que modo os grupos que engendram uma relação sustentável humano-ambiente sobrevivem e resistem aos impactos sociais, econômicos e ambientais que tentam aniquilar suas vidas, suas esperanças e seus territórios. De que forma, territórios, identidades e temporalidades se emaranham em teias e mosaicos, tecidos intrinsecamente na relação cultura e natureza.

De modo geral, as narrativas nos desvelam que os grupos criam, paulatinamente, táticas de re-existência contra os processos hegemônicos de dominação e lutam pela democratização do acesso aos elementos naturais e aos territórios. Sobremaneira, esses grupos, afrontam-se ao individualismo homogeneizador da sociedade moderna, apregoando a diversidade de ambientes, de culturas, de ideais, de sonhos e de vidas!

É fato que muitos grupos sociais foram relegados e/ou colocados à margem da história oficial, mas também é fato que pulsam e transpiram vida cultural de suas realidades. O modo de vida destes grupos vem demonstrando uma intrínseca relação com a natureza e, em muitos casos, a presença destes povos tem sido um importante aliado na preservação dos ecossistemas. Assim, vemos nas últimas décadas, a emergência destes protagonistas portadores de identidades coletivas e étnicas, que buscam num cenário de lutas, em especial por conflitos agrários e ambientais, reivindicar seus direitos coletivos por ambientes preservados.

Esses “coletivos contra-hegemônicos promotores da práxis emancipatória” (PASSOS, 2010, p.01) exercem suas táticas de re-existência de maneira heterogênea e

autônoma. Buscando nas alianças e articulações forças para encarar os projetos que afetam, indistintamente, esses coletivos.

São esses sujeitos que estão no *front* diariamente articulando as denúncias contra a dominação e a violação ao meio ambiente e aos direitos humanos, utilizando-se de diversas táticas que vão desde as vias legais até as mais subversivas. Sendo as mais citadas pelos entrevistados e possíveis de serem sistematizadas em processos de:

(a) **FORMAÇÃO** - formação política dos envolvidos nos conflitos; formação em agroextrativismo; diálogos com os agentes provocadores, palestras e diálogos com comitês locais, com as pastorais das igrejas e com intelectuais engajados;

(b) **COMUNICAÇÃO** - panfletos e denúncias em veículos de comunicação; encenações teatrais, articulação em rede; estabelecimento de pontes, blogs, redes sociais, listas de discussão e produção de materiais que subsidiem a luta;

(c) **ARTICULAÇÃO** - intervenções nos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e órgãos ambientais, articulações políticas, constituição de entidade jurídica para lutar pelos direitos coletivos, participação de sindicatos, conferências, assembleias populares, formação de movimento de base;

(d) **MOBILIZAÇÃO** - atos públicos; audiências públicas; passeatas; marchas, cartas abertas, manifestos e abaixo-assinados.

Sobremaneira, frisamos que as alianças que são tecidas entre os sujeitos locais ou agentes de resistência com esses grupos conferem mais forças no enfrentamento dos conflitos, além disso, oferecem aos envolvidos o sentido de pertencer a um coletivo, rompendo com a sensação de estar só e fragilizado. Conforme narrativas dos/as entrevistados/as nessa pesquisa:

“As pessoas observam e ficam frustradas com o que está acontecendo, o único acesso que temos confiável de denunciar como tentativa de combater esses problemas é por meio do movimento social. As pessoas são chantageadas para não abrir a boca, então quem não participa do movimento se sente fragilizado para tomar frente e combater ou articular para cessar os problemas”. (Pantaneira/assentada, Cáceres).

“Percebemos que precisamos fazer a formação de base, organização política, articulação e integração de ações com outros grupos. Assim temos mais forças e eco”. (Camponês, Cuiabá).

“Ganhamos mais força e visibilidade com articulação e o apoio que recebemos de professores como o Dr. Carlos Walter, Dra. Michèle Sato e o Fernando Xavier. Também podemos contar com a Prelazia

de São Félix. Com isso, nossa luta foi reconhecida”. (Retireira, Luciara).

O GRUPO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Em Mato Grosso, um belo exemplo das táticas de re-existência é o Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS). O GTMS é um importante espaço de convergência de diversos grupos e entidades socioambientais que nasceu no bojo das articulações contra as manobras da aprovação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE). Contudo, seu espectro de lutas foi muito além da questão do ZSEE, incorporando as lutas e os dilemas de diversos grupos, lutando contra as mazelas destinadas ao meio ambiente, combatendo os projetos hegemônicos que tentam dominar todos os territórios, dentre outras frentes.

Podemos considerar o GTMS como um coletivo no qual os diferentes se unem contra as desigualdades socioeconômicas, materiais e simbólicas. Uma prática organizativa que promove o que Boaventura de Souza Santos (2003, p. 26) chamou de “teoria da tradução”, sendo um espaço que permite “criar inteligibilidades mútuas, articular diferenças e equivalências entre culturas, formas de opressão e resistência, sem, contudo, pôr em risco suas identidades e autonomias”. Para este autor:

a teoria da tradução mantém intacta a autonomia das lutas em questão como condição para a tradução, dados que só o que é diferente pode ser traduzido. Tornar mutuamente inteligível significa identificar o que une e é comum a entidades que estão separadas pelas suas diferenças recíprocas. A teoria da tradução permite a identificação de um campo comum em uma luta indígena, uma luta feminista, uma luta ecológica etc. sem fazer desaparecer em nenhuma delas a autonomia e a diferença que as sustenta. (SANTOS, 2001, p. 192).

Assim, consideramos que este grupo tornou-se esse campo que converge diversas lutas a enfrentar os conflitos socioambientais de MT. Atualmente, envolve mais de trinta entidades e é formado por redes, grupos, fóruns e movimentos socioambientais de todo o Estado. O GTMS organizou seminários; elaborou publicações; promoveu reuniões com promotores de Justiça, procuradores e juristas; realizou atos públicos em protestos contra o processo de aprovação dos substitutivos do ZSEE; e, ampliou o processo de comunicação aproximando os grupos, entidades e movimentos sociais (AMORIM, 2011). Além disso, o GTMS é um importante parceiro

na realização dos processos de mapeamento social, especialmente, na realização dos seminários de mapeamento social.

Diversos outros espaços no Estado articulam táticas participativas para que as políticas públicas sejam mais inclusivas e as injustiças ambientais menos presentes. Podemos citar: a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA); o Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT); o Fórum de Luta das Entidades de Cáceres (FLEC); o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); o Centro Burnier, os diversos movimentos ligados às igrejas católicas; o movimento estudantil; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Coletivo Jovem de Meio Ambiente; os Grupos de Pesquisa; dentre tantas outras entidades, não menos importantes, mas que certamente não poderemos mencionar a todas. Reconhecemos que esses grupos são fundamentais no enfrentamento dos processos dominantes. Contudo, ressaltamos que esse papel muitas vezes, cabe às lutas promovidas pelos sujeitos locais, na invenção e re-invenção do cotidiano (CERTEAU, 1994), e, nessas esferas que buscamos dar realce, pois estes são os protagonistas que permanecem na direção dos processos de re-existência.

O VALE DO ARAGUAIA, A LUTA CAMPONESA E INDÍGENA

Citamos com um expressivo foco de resistência, reconhecido em todo Estado de Mato Grosso, o vale do Araguaia, notadamente, os municípios de São Félix do Araguaia e Luciara. Essa região é movida por grupos que anunciam a luta por autonomia e afrontam ao modelo do agronegócio. Destaca-se a atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia e do bispo Dom Pedro Casaldáliga, um importante líder e parceiro nas lutas camponesas e indígenas, que desde a década de 60 denuncia as atrocidades ocorridas na região. Justamente, essa região que conta com expressivo foco de resistência, registra um dos maiores números de conflitos mapeados nesta pesquisa.

Nesta região está situada um outro exemplo de luta e re-existência, os indígenas Xavante da Terra Indígena de Maraiwãtsédé. No caso dos Xavante, esse povo promoveu articulações em âmbito local, estadual, nacional e internacional. Alguns materiais de divulgação foram produzidos. Denúncias em jornais, blog, vídeos, dentre outras vias. Algumas táticas de “guerra” estão sendo tomadas por eles.

“Há muitos anos os Xavante não faziam uma formação das crianças para a guerra, e voltaram a fazê-lo, de forma "militar" e, portanto, com a sofisticação dos modelos guerreiros que os Xavante possuem como poucos grupos. Se acontecer de perderem a paciência, o que está se delineando, haverá um massacre, entram para morrer e matar... Com a lástima da morte de muita gente, uma guerra cruel, que atingirá também a população, por vezes empobrecida, que mora nos territórios tradicionais. [...] Conversamos com muitas pessoas, que conhecem e convivem com os Xavante, e pensam que estamos num limite de suportabilidade muito pequeno”. (Índigena Xavante, Bom Jesus do Araguaia).

Após 20 anos lutas, reivindicações e articulações esse povo conseguiu retomar seu território tradicional. A operação de retomada e devolução da área de 165 mil hectares para o povo Xavante foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2012. O processo de desintrusão da área foi feito forças armadas que negociaram a saída dos invasores para desocuparem as terras Xavante. A ocupação ilegal da terra Xavante envolvia latifundiários, vereadores, prefeitos e até um desembargador. Maraiwãtsédé se inscreveu no cenário da mais perversa barbárie da política mato-grossense, em que testemunhamos os descabros das invasões de terra, desmatamento, fome, doenças, abandono e violência. Mas, sobretudo, de insistência, teimosia, força e re-existência Xavante!

Há mais de dois anos esse povo trabalha arduamente para recuperar a floresta devastada pelos invasores. Sonham em transformar Marãiwatsédé, que ainda hoje tem o título de terra indígena mais desmatada do Brasil, em um território de esperanças e concreção dos sonhos. Essa luta não tem sido fácil pois há muitos registros de queimadas criminosas que vem impedindo a recuperação da vegetação nativa.

Esse exemplo de resistência confirma a compreensão que nos casos de conflitos extremos como o vivenciado pelo povo Xavante não é possível propor mediação como sugeridos em muitos casos de conflitos. Acreditamos que o papel mediador está no cumprimento da lei que garante aos povos originários o direito a seus territórios.

Consideramos que em muitos casos a tão clamada mediação dos conflitos torna-se um sério engodo. No cenário atual verifica-se um crescimento vertiginoso de instituições privadas, organizações não governamentais, entidades acadêmicas, associações, dentre outras entidades, envolvidas na difusão de receituários associados à resolução negociada, mediação, arbitragem, facilitação e conciliação de conflitos. Buscam estratégias de negociação diretas para promover o que eles chamam de “ganhos mútuos”. Na verdade, na maioria das vezes, trata-se de maneiras de despolitizar os conflitos, de “psicologizar o dissenso”, tecnicando o tratamento e a solução (ACSELRAD, 2004; VIÉGAS, 2009).

Gramsci (2002) já nos alertava que a base de sustentação da hegemonia reside não apenas na dominação e coerção, mas também na prática do consenso, na capacidade de gerar uma única concepção de mundo, onde o desenvolvimento econômico é um anseio universalista. Nessa perspectiva, o dissenso é a fuga do padrão do modelo de mundo imposto, por isso, precisa ser escamoteado e, quando isso não é possível, despolitizá-lo é preciso!

Assim, ardilosamente a resolução negociada tira o debate sobre os conflitos socioambientais do âmbito público e político de decisão, propondo acordos diretos entre as partes envolvidas. No entanto, em sua maioria, os campos de forças nos conflitos são assimétricos e, comumente, não é possível ‘ganhos mútuos’. Nesses acordos diretos, o que se assiste são propostas dissimuladas de compensações (geralmente financeiras) por impactos ambientais irreversíveis e desestruturações sociais impagáveis.

Ressaltamos a necessidade de se ter um Estado democrático de direito atuando concomitante com os agentes afetados na “mediação” dos conflitos socioambientais,

com legislações e políticas públicas que contemplem esse pressuposto primeiro da Constituição Federal. O protagonismo dos agentes de re-existência faz-se imprescindível, sobretudo, para que o Estado cumpra sua obrigação,

O FÓRUM DE LUTAS DE ENTIDADES DE CÁCERES

Outro belo exemplo de atuação dos agentes de re-existência pode ser conhecido no município de Cáceres. Esta região apontou a maior quantidade de conflitos socioambientais mapeados nesta pesquisa. E, por sua vez, possui um dos mais significativos grupos de re-existência de Mato Grosso – o Fórum de Lutas de Entidades de Cáceres (FLEC).

Aqui, o conflito a ser exemplificado tange sobre a tentativa no ano 2000 de instalação da hidrovía Paraguai-Paraná.

“O que deveria ser uma audiência pública para legitimar a instalação da obra, transformou-se numa grande manifestação popular e o projeto, a partir da interferência da sociedade junto ao Ministério Público, está embargado na Justiça desde então” (Pantaneira, município de Cáceres).

A manifestação popular citada pela entrevistada ocorreu em 14 de novembro de 2000. Desde essa data, neste dia o município de Cáceres comemora o Dia do Rio Paraguai. As mobilizações não existem somente nessa data comemorativa, mas prosseguem no decorrer do ano, quando esses agentes de re-existência promovem formação política de base, assembleia populares, festejos, passeatas, marchas de solidariedade e diversas articulações com outros segmentos em prol da conservação do bioma Pantanal. A cada ano a iniciativa popular busca integrar a esse movimento mais grupos com afinidades com a questão; no ano de 2011, os participantes deliberaram um comitê organizador para a formalização do comitê da bacia do rio Paraguai, atentando para as especificidades do contexto deste rio.

As sombras da instalação da hidrovía ainda persistem no programa de aceleração do crescimento (PAC) do Governo Federal. Contudo, a oposição e articulação no contexto local estão ainda mais fortalecidas. Esses agentes seguem no contrapelo da história fundamentado por Walter Benjamin, ou seja, escrevendo a história do ponto de vista dos vencidos, promovem a virtude de “insurgir-se contra a tirania da realidade e nadar contra a corrente histórica” (LOWY, 2002).

ANOTAÇÕES FINAIS: O ANÚNCIO DE UM SONHO POSSÍVEL

*É nelas (bocas e mãos, sonhos, greves e denúncias)
que te vejo pulsando mundo novo,
ainda que em estado de soluções e esperanças.*
Ferreira Gullar

Foi nossa intenção dar visibilidade a grupos que atribuem outros significados a seus territórios, que conferem outros sentidos aos elementos naturais e aferem outros meios de vida não conduzidos pelo pilar econômico. Grupos estes que caminham em direção ao inédito-viável, que marcham no sentido da utopia do possível, alcançada por meio da proteção ecológica, justiça ambiental e democracia. A utopia a que nos referimos ancora-se no pensamento de Freire (1982).

[...] “Não utópica no sentido do irrealizável; não utópica no sentido de quem discursa sobre o impossível, sobre os sonhos impossíveis. Utópico no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia e o anúncio, entre a denúncia de uma sociedade injusta e espoliadora e o anúncio do sonho possível de uma sociedade que pelo menos seja menos espoliadora, do ponto de vista das grandes massas populares que estão constituindo as classes sociais dominadas”.

Assim, reconhecemos que são as práxis inventivas desses grupos que impulsionam as mudanças necessárias, para que diferentes formas de vida sejam apreciadas, diversos tipos de cuidados ecológicos sejam considerados e novas propostas de superação dos conflitos socioambientais possam ser re-inventadas.

A totalidade de conflitos socioambientais mapeados, que numericamente pode ser apresentada com 194 pontos de ocorrência com 359 causas propulsoras, tendo 68 desses pontos denunciados com ameaças de morte e 12 locais sinalizam a prática desumana do trabalho escravo, oferece-nos a constatação do cenário de insustentabilidade social e ecológica do modelo de desenvolvimento instituído em Mato Grosso. Afinal, a sustentabilidade incide quando as correlações de forças integram de forma equitativa os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, dentre outros. No entanto, no Estado de Mato Grosso o peso dado ao fator econômico sobrepõe aos demais.

Essa questão reflete na principal causa propulsora dos conflitos socioambientais apresentada pelos grupos sociais, a disputa pela terra (22% das causas citadas). Configurando assim, a dominação e a invasão dos territórios uma questão central na

compreensão dos conflitos socioambientais existentes no Estado. Afinal, a dominação e concentração de terras implicam em outras disputas como o acesso à água, à madeira, aos minérios e demais elementos naturais imprescindíveis à vida.

Frente a este ciclo vicioso, cheio de armadilhas onde o sentido da participação entra em questionamento perene. O movimento social se arrisca, mobiliza, busca processos formativos, mune-se de meios de comunicação intensificando os cenários, promove eventos, articula-se e, enfim, participa ativamente contra a hegemonia instituída pelo mercado do agronegócio.

Sobremaneira, desejamos enfatizar que, ante ao mapeamento da paisagem global do Estado (macrocosmo) e aos mapeamentos das paisagens locais (microcosmo), é possível considerar que nos espaços em que os conflitos socioambientais são mais intensos, por sua vez, as táticas de re-existência também são mais expressivas. Realçamos que as histórias narradas nesta pesquisa, embora representativas, devem ser entendidas como exemplos de uma realidade muito mais vasta e complexa e que aponta na direção de uma sociedade que seja mais sustentável.

Destarte, as narrativas corroboram que os dilemas encarados na defesa da terra, vão muito além da materialidade, ocorrem no interior das arenas de forças, no bojo dos quais os sujeitos envolvidos no conflito buscam defender suas identidades, seu modo de vida e seus valores simbólicos atribuídos ao território. É por aferirem diferentes significações ao ambiente que a questão territorial assume uma dimensão conflitiva. Desse modo, os conflitos socioambientais mapeados podem ser compreendidos como uma forte expressão dos campos de contestação e de tensão estabelecido, no plano material, assim como, no plano simbólico de lutas e significações.

Reconhecemos que os caminhos trilhados por esta pesquisa não são suficientes para eliminar as mazelas aqui expostas, mas, servem para escancarar tamanhas injustiças deste Estado, concomitante, contribui dando visibilidade aos riscos a que estão subjugados os ecossistemas mato-grossenses e os grupos sociais que os habitam. Continuaremos exprimindo o grito de rebeldia contra a dominação e demonstrando nosso posicionamento político e ético perante a vida.

A educação ambiental revestida destas políticas se despede de uma tendência ingênua de ações pontuais, mas ingressa ao campo da promoção da cidadania participativa. É no campo das nossas produções que os diversos ambientes se enfeitam

de matizes variadas, revelando as diversidades biológicas e as diferenças culturais dos territórios mato-grossenses. Certamente, não temos respostas e soluções imediatas aos dilemas socioambientais, mas estamos em pleno processo de uma mediação pedagógica que, ousa pincelar paisagens, antes invisíveis e, insistentemente, negadas por hegemonias econômicas, mas que agora mostram suas múltiplas e intensas cores. Aliam-se mãos, cabeças, corações e almas, de todos aqueles que lutam por uma ecologia de resistência, no poder da arma mais poderosa que ainda temos e, que ninguém nos retira: a esperança.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- AMORIM, Denize. **O processo educativo na formação de um grupo de trabalho de mobilização social no caso do zoneamento de Mato Grosso**. 208p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.
- BICUDO, Maria, ESPÓSITO, Vitória (Org.). **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. 2 ed. Revisada. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1997.
- BUBER, Martin. **Eu e tu**. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O educador: vida e morte**, Graal. São Paulo, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros Escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 12 ed., tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**, n. 16, ano V. São Paulo, Cortez, 1985.
- LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropologia).
- LOWY, Michael. A Filosofia da História de Walter Benjamin. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n.45, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142002000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. Tradução Carlos Alberto de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- PASSOS, Luiz Augusto. **Saberes e práticas da Educação Popular Freiriana na década de 80, em Cuiabá**. Cuiabá: UFMT, 2010. (mimeo).
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Nuestra America: Reinventing a Subaltern Paradigm of Recognition and Redistribution. In: **Theory, Culture and Society**, 2001. P. 185-217.
- SANTOS, Boaventura Souza Santos; NUNES, João A.. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SATO, Michèle. Potpourri da ecologia de resistência. In: SORRENTINO, M. et al (Org.). **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris. 2013. p. 461-484.
- SATO, Michèle; PASSOS, Luiz Augusto. Versos e reversos da diversidade. In: **Simpósio sul brasileiro de educação ambiental & II Simpósio gaúcho de educação ambiental**, Anais. (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, p. 115-126.
- SATO, Michèle; SILVA, Regina; JABER-SILVA, Michelle. Between the remnants of colonialism and the insurgence of self-narrative in constructing participatory social maps: towards a land education methodology. **Environmental Education Research**, Taylor & Francis, UK, , v. 20, n. 1, 102-114, 2014.
- SILVA, Regina. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. 221f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Série: Reinventar a emancipação social para novos manifestos. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- VIÉGAS, Rodrigo. As resoluções de conflito ambiental: da retórica da justiça para a retórica da eficácia. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro, 2009.